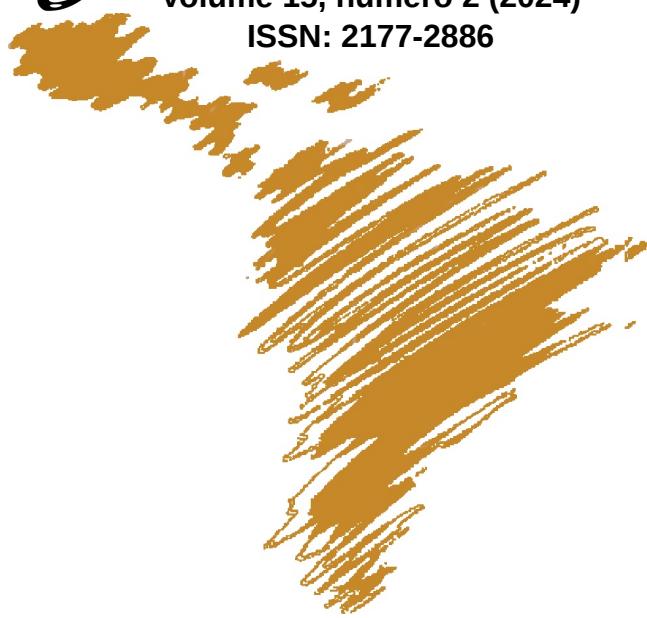


Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 15, número 2 (2024)
ISSN: 2177-2886



Artigo

**Gênero e direito à cidade: é
como se nós fossemos um
brinquedo, uma
propriedade, que a gente
tem que fazer o que eles
julgam que temos que fazer**

*Género y derecho a la ciudad: es como si fuéramos un
juguete, una propiedad, que tenemos que hacer lo que
ellos creen que tenemos que hacer*

*Gender and the right to the city: it's as if we were a toy,
property, that we have to do what they
think we have to do*

Patricia Helena Milani

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul –
Brasil
patriciah.milani@gmail.com

Como citar este artigo:

MILANI, Patricia Helena. Gênero e direito à cidade: é
como se nós fossemos um brinquedo, uma
propriedade, que a gente tem que fazer o que eles
julgam que temos que fazer. **Revista Latino
Americana de Geografia e Gênero**, v. 15, n. 2, p. 03-
23, 2024. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Gênero e direito à cidade: é como se nós fossemos um brinquedo, uma propriedade, que a gente tem que fazer o que eles julgam que temos que fazer

Género y derecho a la ciudad: es como si fuéramos un juguete, una propiedad, que tenemos que hacer lo que ellos creen que tenemos que hacer

Gender and the right to the city: it's as if we were a toy, property, that we have to do what they think we have to do

Resumo

Partimos do pressuposto de que as teorizações sobre a produção do espaço urbano na Geografia têm ocultado as questões de gênero e as lutas diárias das mulheres na e pela cidade. Temos como objetivo identificar as estratégias que as mulheres criam e desenvolvem em seus cotidianos para driblarem algumas situações e exercerem suas atividades diárias. Do ponto de vista metodológico, utilizamos principalmente instrumentos de cunho qualitativo, entrevistas com roteiros semiestruturados com mulheres que trabalham dentro e fora de casa, estudam e são responsáveis por grande parte das tarefas e responsabilidades domésticas; teoricamente, baseamo-nos em autoras e autores que se debruçam sobre essa temática, como Silva (2013; 2017) e Kern (2021). Embora as dificuldades existam, principalmente ligadas ao excesso de trabalho, estratégias são delineadas diariamente pelas mulheres pesquisadas para que consigam exercer seus múltiplos papéis sociais e ter acesso aos diferentes espaços e posições na cidade, conformando, de modo relativo, espaços paradoxais (Rose, 1993), de transformação, no plano do cotidiano.

Palavras-Chave: Cidade; Gênero; Cotidiano; Metodologia qualitativa.

Resumen

Partimos del supuesto de que las teorizaciones sobre la producción del espacio urbano en Geografía han ocultado cuestiones de género y las luchas cotidianas de las mujeres en y para la ciudad. Nuestro objetivo es identificar las estrategias que las mujeres crean y desarrollan en su vida diaria para superar algunas situaciones y realizar sus actividades diarias. Desde el punto de vista metodológico, utilizamos principalmente instrumentos cualitativos, entrevistas con guiones semiestructurados a mujeres que trabajan dentro y fuera del hogar, estudian y se encargan de gran parte de las tareas y responsabilidades domésticas; teóricamente nos basamos en autoras y autores que se centran en este tema, como Silva (2013; 2017) y Kern (2021). Si bien existen dificultades, principalmente ligadas al exceso de trabajo, las mujeres investigadas delinean diariamente estrategias para que puedan ejercer sus múltiples roles sociales y acceder a diferentes espacios y posiciones en la ciudad, formando, de manera relativa, espacios paradójicos (Rose, 1993), de transformación, en el día a día.

Palabras-Clave: Ciudad, Género, Vida Cotidiana, Metodología cualitativa.

Abstract

We start from the assumption that theorizations about the production of urban space in Geography have hidden gender issues and women's daily struggles in and for the city. We aim to identify the strategies that women create and develop in their daily lives to overcome some situations and carry out their daily activities. From a methodological point of view, we mainly use qualitative instruments, that is, interviews with semi-structured scripts with women who work inside and outside home, study and are responsible for a large part of the domestic tasks and responsibilities. The theoretical background is based on authors who focus on this theme, such as Silva (2013, 2017) and Kern (2021). Although difficulties exist, mainly linked to excessive work, strategies are outlined daily by the women researched so that they can exercise their multiple social roles and have access to different spaces and positions in the city, forming, in a relative way, paradoxical spaces (Rose, 1993), of transformation in their routine.

Keywords: City, Gender, Daily Life, Qualitative methodology.

Procuramos brechas para existirmos na cidade. Achamos brechas quando ousamos sair de bermudas nas ruas no início do século XX, ou mesmo de minissaias na década de 1960. Ousamos votar, estar nas ruas trabalhando, ousamos ser donas de nosso sistema reprodutivo, ousamos falar, gritar e chorar em público por nossas perdas, pela violência que sofremos, ousamos existir segundo o que acreditamos ser a existência em nosso tempo. Isso nada mais é que resistir (Tavares, 2015)

Introdução

O debate e as pesquisas sobre as cidades e a produção do espaço urbano possuem uma forte tradição na Geografia Urbana, sendo isso inquestionável, porém, ainda que mudanças significativas venham ocorrendo, quando comparado aos temas mais tradicionais, pouco enfoque se dá ao debate de gênero, bem como dos múltiplos corpos que compõem, produzem, dão sentidos e significados ao espaço urbano. Há uma certa desproporcionalidade nos temas e problemáticas debatidos nas pesquisas em Geografia Urbana, com mais enfoque nas formas e estruturas do espaço, em detrimento dos sujeitos sociais corporificados, situados e produtores de subjetividades.

Combinado a isso, o cotidiano acadêmico nos revela que a ausência desse debate no campo científico geográfico muitas vezes faz com que os e as estudantes não se vejam, tanto no processo de produção científica como no processo de produção do espaço urbano, como sujeitos reais¹. Enxergam esse conjunto de processos como algo muito distante de si e, portanto, muitas vezes

1 Como sabemos, um certo positivismo reinou por muito tempo no campo das ciências sociais, inclusive na geografia, erigindo em dogma a posição de Deus observador do pesquisador, gozando de um "privilegio oftálmico" (Lussault, 2022). Inclusive, se alguma vez as práticas sociais parecem discordantes em comparação com a interpretação que dela é dada pelos cientistas, são as práticas que estão erradas, nos termos de Lussault (2022). Desenvolvemos uma discussão ampla sobre essa ausência de posicionalidade dos pesquisadores na ciência geográfica, em um debate sobre as "Contribuições da epistemologia feminista para as pesquisas geográficas" (Milani, 2021).

Gênero e direito à cidade: é como se nós fossemos um brinquedo, uma propriedade, que a gente tem que fazer o que eles julgam que temos que fazer

com menos sentido do que realmente possui. No caminho aqui proposto, levamos os sujeitos sociais a sério, em seus atos, em suas linguagens em ação e rejeitamos a crença objetivista na onisciência do olhar sobrepujante do especialista (Lussault, 2022).

O corpo se identifica com o espaço na medida que tem o poder de exteriorizar sua energia e intenções, além das concepções, controles e manipulações (científicas, religiosas, fisiológicas, sexuais) a que é submetido. Mas é nas suas práticas que está o cerne de sua capacidade de produzir espaços, em uma constante inter-relação. Temos assim, um salto epistêmico, de uma abstração para um agente que também constrói as relações sociais espacializadas, construindo uma análise axiológica do espaço.

Uma vez que a individualidade, a consciência, as sentimentalidades e as ações se dão pelo corpo, e se toda experiência humana é corporificada e espacial, pode a geografia, enquanto ciência do espaço e da sociedade negar ou ignorar esse processo? Pensamos que não. O olhar para a escala do cotidiano permite considerar como as experiências humanas são encarnadas e situadas espaço-temporalmemente. É no cotidiano em que emergentes forças se criam ou se renovam, implicando fissuras, contraordens e tendências que fazem parte da produção do espaço e do seu (re)arranjo constante. O cotidiano foi e é trabalhado na geografia, mas na maioria das vezes um cotidiano ainda incorpóreo, subsumido em categorias e estruturas englobantes de análise.

No âmbito da retomada da obra de Henri Lefebvre, o fortalecimento das Geografias Feministas, da Geografia Decolonial e a discussão da relação entre o corpo e o espaço nas ciências sociais, foram abertos diálogos com autoras e autores da geografia contemporânea e outras ciências sociais, os quais fundamentam uma análise espacial corporificada e a produção de saberes parciais, um dos principais pilares da epistemologia feminista, a qual muito nos inspira. As diferentes posicionalidades dos corpos passam a ter lugar na geografia (Ramos; Milani, 2022) – os corpos das pessoas pesquisadas e daqueles que pesquisam, nem um nem outro é neutro no espaço, por isso a contraposição de um saber universal.

Diante disso, nossos argumentos apresentados neste texto se movem na seguinte linha de reflexão: a) breve contextualização da pesquisa e nossa posicionalidade dentro da produção científica e b) um debate teórico-empírico sobre gênero, corpo e cidade, em um esforço de fazer uma interpretação geográfica do cotidiano de mulheres que vivenciam suas rotinas na cidade: moram, trabalham, estudam, circulam, criam filhos e fazem grande parte das tarefas domésticas, que em maioria ainda são encargos das mulheres, com base nas entrevistas e nos dados.

Temos a hipótese que há, cotidianamente, a produção do “espaço paradoxal”² (Rose, 1993) pelas mulheres, mas para a identificação disso são necessárias estratégias metodológicas e formas de análises capazes de chegar mais perto das rotinas e vivências diárias, enfim, do cotidiano dessas mulheres.

Do ponto de vista metodológico, utilizamos principalmente instrumentos de cunho qualitativo. Realizamos entrevistas com roteiros semiestruturados com

2 É instituído à medida que elas constituem, simultaneamente, o grupo de pessoas oprimidas e também a força na luta pelo direito à cidade (Silva, 2007).

Gênero e direito à cidade: é como se nós fossemos um brinquedo, uma propriedade, que a gente tem que fazer o que eles julgam que temos que fazer

mulheres que vivenciam em suas rotinas diárias as múltiplas tarefas e papéis sociais (“entidade poliédrica” para Lussault, 2022). Para este texto, utilizamos as entrevistas realizadas com: Laís, de 28 anos, cabeleireira e estudante universitária; Kátia, de 26 anos, professora e estudante de mestrado; Helena, de 73 anos, política; e Madalena, de 40 anos, calheira, trabalha na construção civil. Todos os nomes são fictícios³.

Combinadas as entrevistas, realizamos as observações, que foram anotadas em uma caderneta de campo nos momentos seguintes aos términos das entrevistas, para os registros dos detalhes e minúcias que nos ajudaram a compor o conjunto de informações geradas sobre esses cotidianos, inclusive em relação ao contexto de Joana, uma mulher ainda não entrevistada, mas de quem obtivemos um depoimento de parte de sua rotina, como veremos mais adiante. Um ponto interessante foi que, ao longo das entrevistas, houve, para algumas delas, um processo de autorreflexão e desnaturalização de algumas situações vividas cotidianamente, sobretudo passar a considerar o trabalho doméstico como um trabalho que muito demanda das mulheres, e que não é “naturalmente” uma atribuição feminina, como compreendido por algumas delas.

Com base nesses fundamentos teóricos e metodológicos e visando fortalecer nossa hipótese, miramos compreender as múltiplas vivências e estratégias socioespaciais de mulheres trabalhadoras e estudantes universitárias⁴ na cidade de Três Lagoas, no Estado do Mato Grosso do Sul (MS). Nesse sentido, quais são os “conjuntos práticos”⁵ (Lussault, 2022) que essas mulheres assumem e constroem para obterem o “direito à cidade” e exercerem diária e espacialmente essas múltiplas funções e papéis sociais? Construindo, na microescala do cotidiano, espaços paradoxais, que podem apontar para espaços de transformações.

Para iniciar...

Ao longo de uma pesquisa acerca do processo de segregação socioespacial, identificamos que as mulheres tendiam a permanecer mais nos espaços domésticos por não trabalhar fora de casa, mas por outro lado, criavam formas de obter renda por meio do comércio informal nas próprias casas (venda de artesanatos, bolos, costuras, cabelereira, etc.), elas possuíam mais dificuldades

3 Esta pesquisa possui autorização do Comitê de Ética.

4 Algo frequente no cotidiano tem sido mães estudantes trazerem as crianças para a universidade – sobretudo no período noturno. Relatam dificuldades em ter “com quem deixar os filhos”. Por outro lado, em conversas informais, quase sempre obtivemos a informação de que o pai da criança estava em casa .

5 Conjunto de ações que organizam as maneiras de fazer, as pessoas agem nesses sistemas práticos, reagindo ao que os outros fazem, modificando as regras do jogo até certo ponto, isso é o que se poderia chamar de estratégias (Lussault, 2022). Agenciamentos materiais e sociais que a prática contribui a instaurar e a fazer funcionar, O conjunto prático constitui, portanto, um constructo destinado a produzir e organizar a ação finalizada dos indivíduos em sociedade (Lussault, 2022). Por exemplo: conduzir uma municipalidade constitui uma finalidade que permite a instauração de um conjunto prático muito formalizado, assim como, em um outro nível, reunir a família e os amigos para celebrar um episódio auspicioso, ou participar de uma festa urbana

Gênero e direito à cidade: é como se nós fossemos um brinquedo, uma propriedade, que a gente tem que fazer o que eles julgam que temos que fazer

em sair das áreas dos conjuntos habitacionais por, muitas vezes, terem a mobilidade mais reduzida em relação aos homens. Essa é uma tendência das mulheres de baixa renda que, em geral, possuem uma vivência mais reduzida do espaço total da cidade e tendem a desenvolver deslocamentos menos extensos e frequentes do que os estabelecidos pelos homens dos mesmos locais (Ornat, 2005), isso se deve em grande medida ao papel assumido por elas, ligado ao trabalho doméstico e de cuidado com os filhos e familiares.

Este e outros resultados evidenciaram que a análise da dimensão de gênero nas pesquisas em Geografia Urbana se coloca como necessária, uma vez que o espaço e os processos urbanos são vividos de forma diferentes por homens e mulheres, o espaço urbano é generificado, marcado por relações de gênero, portanto, de poder. Pouco se debate a ideia de que o ambiente construído reflete e condiciona os estereótipos dos lugares femininos e masculinos e que houve e há uma ótica masculina na produção do espaço urbano (Silva, 2007).

Combinado a isso, houve o fortalecimento de nossa formação e posicionamento dentro da Geografia baseado na epistemologia feminista, que defende não apenas o estudo de mulheres e a questão do gênero (não que isso seja pouco), mas o tensionamento da própria produção científica geográfica (Milani, 2021), de modo a questionar o campo conceitual que define os problemas geográficos, os instrumentos metodológicos e as considerações/resultados que se produzem com as pesquisas, a partir da ideia de um sujeito abstrato masculino e branco (Smith, 1987), sob a égide da neutralidade científica, ainda que isso seja pouco falado/debatido dentro da produção científica geográfica.

O feminismo, na prática acadêmica, é uma perspectiva subversiva mais ampla, baseando-nos em Doreen Massey, ser geógrafas e geógrafos feministas compreende pensar sobre a produção do conhecimento, as relações políticas e de poder inerentes ao processo de constituição da imaginação geográfica e de seu processo de legitimação (Silva *et al.*, 2017). A estrita relação entre conhecimento e política constitui a base dessa epistemologia e de outras perspectivas que questionam a imagem pretensamente despolitizada e descontextualizada da construção ocidental e moderna da objetividade científica descorporificada (Rea, 2018), como se a pessoa que pesquisasse não possuísse um corpo e uma posicionalidade no mundo, situada no tempo e no espaço.

Na conformação de um suposto sujeito do saber universal, sendo ele neutro (Rea, 2018) e incorpóreo, revela-se um sujeito sócio-histórica e politicamente situado, um sujeito hegemônico, que fala e pensa a partir de seu lugar de poder, mas que impõem um olhar conquistador que não vem de lugar nenhum (Haraway, 1995), mas vem.

Os gêneros masculino e feminino são papéis desempenhados socialmente, construções sociais. O conceito de gênero nega a construção universal das diferenças sexuais e implica a análise temporal e espacial na configuração das relações sociais, envolvendo uma perspectiva relacional, já que as mulheres são concebidas, quase sempre, na sua relação com os homens (Silva, 2009).

A definição de gênero remete a um elemento constitutivo das relações sociais e a uma forma de significar relações de poder, possui um valor heurístico para apreender tanto o processo histórico de construção do

Gênero e direito à cidade: é como se nós fossemos um brinquedo, uma propriedade, que a gente tem que fazer o que eles julgam que temos que fazer

masculino e do feminino como outras formas de relações de poder (Lan, 2008). O padrão de gênero instituído é mantido pela força dos sujeitos que têm maior alcance de mobilização de recursos para manter o poder no processo de lutas simbólicas (Rose *apud* Silva, 2007).

As abordagens iniciais no debate de gênero sob a ótica do patriarcado careciam de aprofundamentos teóricos e sofriam com a reprodução das mesmas leis gerais (Silva, 2009), que dificultavam a expansão do campo de análise. Além disso, seus fundamentos reforçavam a eterna posição de vitimização das mulheres, impossibilitando possibilidades efetivas de transformações sociais, como veremos ser possível – ainda que de forma embrionária, em relação às mudanças que precisam acontecer.

Essas abordagens foram, segundo Silva (2009), enriquecidas pelo conceito de gênero, o que removeu a carga de imutabilidade e onipresença que o patriarcado expressava de forma isolada, perspectiva que melhor dialogou e fundamentou as análises desenvolvidas e apresentadas neste texto.

Gênero, corpo e cidade: o movimento do cotidiano e o cotidiano em movimento

O debate teórico sobre direito à cidade na geografia está ligado às reflexões do filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre, que desenvolveu essa ideia no contexto das lutas urbanas estudantis de maio de 1968 – em um primeiro momento contra o autoritarismo do modelo universitário e, posteriormente, contra todo o empreendimento bélico-capitalista-colonialista (Freitas; Gonçalves, 2021). Para Lefebvre (2001), o direito à cidade se exercita por meio da democracia direta e da cidadania radical, em que todos gozam de direitos civis e humanos iguais.

A ideia de direito à cidade transcende as produções teórico-acadêmicas, tendo sido amplamente utilizada por ONGs, sociedade civil e Estado (Freitas; Gonçalves, 2021). No entanto, na maioria das vezes, essa abordagem esteve concentrada em questões ligadas à habitação, renda, trabalho e mobilidade, o que é bastante válido, porém, quase nunca toca na questão de gênero e o quanto o direito à cidade está relacionado à posicionalidade das pessoas no espaço urbano, do ponto de vista da raça, da classe social e, especialmente, do gênero. E, quando isso acontece, a tendência é compreender as mulheres como um grupo social vulnerável, ainda que de modo não absoluto, incapazes de produzir mudanças e rupturas.

Por outro lado, as práticas cotidianas de trabalho, mobilidade, cuidado da casa e dos filhos, como conciliam as múltiplas tarefas e os papéis sociais, suas “artes de fazer” (de Certeau, 1994), táticas e estratégias diárias continuam silenciadas nas pesquisas. De acordo com Gohn (2007, p. 59), ideia da qual compartilhamos e desejamos potenciar:

No campo das políticas públicas o tema das mulheres tem sido tratado de maneira fragmentada, como parte dos grupos sociais vulneráveis, em situação de risco, e integrado aos programas focalizados de “inclusão social” – chave das políticas neoliberais para o trato da pobreza, desemprego e crescimento econômico, sob a rubrica de

Patricia Helena Milani

Gênero e direito à cidade: é como se nós fossemos um brinquedo, uma propriedade, que a gente tem que fazer o que eles julgam que temos que fazer

políticas que visam promover a igualdade de oportunidades, tendo o mundo do trabalho como referência. As especificidades do “ser mulheres”, como forma de identificação pessoal e coletiva, como prática cultural de um modo de ser e prática política de sujeitos diferenciados – as atrizes em movimento, assim como suas posições no ordenamento da sociedade, continuam silenciadas e invisíveis (grifo nosso).

Por falar em invisibilidade e ao mesmo tempo em movimento, este trecho de nossas anotações de campo se faz necessário: na portaria de um condomínio fechado em Três Lagoas-MS para a realização de uma entrevista, conhecemos Joana, de 37 anos, moradora de um conjunto habitacional da periferia da cidade. Ela tem quatro filhos (mãe solo) e trabalha em duas residências como empregada doméstica. Trabalha em uma casa durante a manhã e em outra no período da tarde. Desta última, só sai após deixar o jantar preparado para a família (patrões), segundo seu relato. A distância média do conjunto habitacional em que mora aos condomínios em que trabalha diariamente é de 11 quilômetros, que ela traça de bicicleta todos os dias.

Joana ainda não foi entrevistada formalmente no âmbito desta pesquisa, apenas acompanhamos parte de sua rotina e de seus “recursos”⁶ diários, e consideramos que essa cena social e esse cotidiano sejam relevantes para uma discussão na Geografia Urbana, que há muito tempo se ocupa com formas e estruturas em detrimento dos sujeitos (Lima, 2014), os quais articulam diariamente estruturas espaciais e sociais mais amplas. Portanto, o que as práticas espaciais de Joana enunciam⁷? Luta, resistência diária, estratégias para viver na cidade; cotidianamente, produz seus próprios sentidos e significados de cidade.

Pouco ou nada se questiona quem são os sujeitos que, com corpos diversos, têm se sentido pertencentes aos espaços da cidade (Freitas; Gonçalves, 2021). Mulheres negras, mulheres trabalhadoras, adolescentes, transexuais, travestis, jovens de periferia, imigrantes, todos se sentem confortáveis, seguros e “legítimos” nas cidades?

A análise da relação entre gênero e espaços urbanos, do quotidiano das mulheres na cidade e da sua relação com essa mesma cidade tem sido negligenciada nos estados migratórios, mas revela-se um campo de reflexão fecundo. Apesar do espaço tantas vezes traduzir e revelar as próprias assimetrias, desigualdades e hierarquias sociais, a noção de espaço é uma noção criativa, que responde às pretensões de formas de vida múltiplas, alternativas urbanas. O espaço configura oportunidades, proporciona escolhas e desafia as hegemonias de gênero (Miranda, 2014, p.174, grifo nosso).

⁶ “Os ‘recursos’ (conhecimentos, saberes, fazer, tempos...) que os indivíduos são susceptíveis de engajar no funcionamento do conjunto prático. Procedem também do estado da configuração social e notadamente, ali, da dialógica das dimensões individual e social” (Lussault, 2022, p. 11).

⁷ Dentro do debate da economia semiótica de Lussault (2022, p. 13), firma-se “[...] como uma noção capaz de sublinhar que cada conjunto prático derrama uma verdadeira polifonia enunciada resultante do inalterável desejo e necessidade dos indivíduos de emitir mensagens”.

Gênero e direito à cidade: é como se nós fossemos um brinquedo, uma propriedade, que a gente tem que fazer o que eles julgam que temos que fazer

Quando pensamos no planejamento das cidades, por exemplo, a construção de políticas de mobilidade, habitação ou mesmo lazer são pensadas a partir das necessidades e usos que os homens fazem da cidade (Freitas; Gonçalves, 2021), ainda que isso seja camuflado em discursos de neutralidade, ou seja, não se discute quais corpos (reais e diferentes entre si) irão usufruir desses equipamentos urbanos.

O risco de ter seu corpo violado tem, por séculos, restringido (de modo sempre relativo e de diferentes formas) o acesso das mulheres ao espaço público, ao trabalho, ao lazer e à representação política (Freitas; Gonçalves, 2021). Complementar a isso o trabalho doméstico e a responsabilidade na criação dos filhos, o que exige tempo e muito trabalho diário, também limita significativamente a presença de mulheres nessas dimensões mencionadas pelas autoras – principalmente para as mais pobres, moradoras das periferias urbanas. Ainda que os cotidianos retratados neste texto evidenciam que as múltiplas barreiras⁸ existem nas cidades, elas transitam, trabalham e ocupam espaços.

O espaço que nós mulheres, nós mulheres negras, ocupamos na sociedade, é... foi conquistado com muito esforço, com muito sacrifício, e se você não tem força para poder batalhar pelo seu espaço pelo seu direito, é... automaticamente essa sociedade ela tira de você, então assim, depois que eu me separei do pai dos meus filhos eu tive que voltar a trabalhar pra poder sustentar porque eu não tive ajuda do pai dos meus filhos [...], mas não foi fácil, eu parei de estudar, tive que parar de estudar por conta dos filhos, porque ou eu estudava ou eu trabalhava, eu não conseguia conciliar. Eu fiz de tudo um pouco, sabe?!, eu trabalhei de atendente de sorveteria, eu trabalhei de empregada doméstica, mas não foi fácil (Madalena, 40 anos, calheira, grifo nosso).

Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, censo de 2022 (IBGE, 2022), mostram que as atividades domésticas feitas por homens só são iguais as das mulheres quando moram sozinhos. Entre as mulheres que trabalham fora de casa, trabalham em média 7 horas a mais, por semana, do que os homens (companheiros) em trabalhos domésticos e cuidados com membros da família. A pesquisa também mostra que o número de famílias com empregadas domésticas diminuiu e 91% das mulheres são as principais responsáveis por essas tarefas, o que caracteriza uma sobrecarga para elas, com múltiplos impactos em suas vidas dentro e fora de casa, principalmente entre as mulheres mais pobres e moradoras das periferias urbanas, como Joana.

Isso constitui relações diretas com a feminização da pobreza urbana, 48% dos lares brasileiros têm mulheres como chefes de família, ou seja, como as principais responsáveis pelo sustento da casa e dos filhos, porém, são também

⁸ Barreiras físicas, sociais, econômicas e simbólicas que moldam diariamente a vida das mulheres. Isso significa que os principais tomadores de decisões das cidades, que na maioria ainda são homens, fazem escolhas em relação a todas as coisas, de política econômica urbana ao planejamento de moradias, da localização das escolas aos assentos de ônibus (Kern, 2021).

Gênero e direito à cidade: é como se nós fossemos um brinquedo, uma propriedade, que a gente tem que fazer o que eles julgam que temos que fazer

as mulheres que enfrentam o maior índice de desemprego no país (14,9% contra 12% dos homens), recebem os menores salários (20% menores em média do que os homens) e ainda lidam com até três vezes mais casos de assédio moral e sexual no trabalho, o que trataremos de forma qualitativa mais adiante, com base nas entrevistas.

Porém, tudo isso ainda é tímido no debate sobre o direito à cidade: questões relacionadas às mulheres, além de serem quase sempre os grupos vulneráveis como evidenciamos, ainda estão ligadas ao corpo e à natureza, na esfera do privado, do subjetivo e do particular, enquanto o homem estaria na esfera do público e do político, da cultura e da civilização (Freitas; Gonçalves, 2021). Alguns elementos que fundamentam o direito à cidade como, por exemplo, a mobilidade, o acesso e as condições de permanência nos espaços, são tratados e pensados como se todos os indivíduos que vivem nas cidades fossem iguais. Isso implica pensar nas diferenças entre gênero, raça, condição econômica e social, que geram diferentes corporeidades, isso para se pensar num espaço urbano democrático e minimamente inclusivo.

Uma questão relevante nesse sentido é a quebra da dicotomia entre corpo e mente, exterior e interior, uma vez que ambos são continuidades, já que uma pessoa não tem um corpo, mas é um corpo (Merleu-Ponty, 1962). Dentro dessa dualidade, o feminino foi o polo corporal do dualismo, representado pela natureza, emocionalidade, irracionalidade e sensualidade, contrastando com o polo da mente, metaforicamente representado pelo masculino, que evoca o intelecto, racionalidade e autocontrole das emoções.

Massey (1994) discute em sua obra *Space, place and gender* como as próprias noções de local x geral estão associadas ao feminino x masculino, retomando uma discussão que tem sido bastante presente na crítica feminista da ciência. A própria ideia de que os “estudos de gênero” ou a teoria social feminista seriam abordagens periféricas na sociologia e na geografia nos indica essa oposição construída entre feminino-local-particular versus masculino-geral-universal (Souza-Lobo, 2011 *apud* Freitas; Gonçalves, 2021).

Quando os corpos são dicotomizados em sexo feminino e masculino e essas mesmas normas são interiorizadas, cria-se dicotomias: público/privado, sagrado/profano, produção econômica/reprodução familiar, local/global (Przybysz, 2017), e quando transgredidas, geralmente, são acompanhadas de alguma violência, incluindo a simbólica.

[Já sofreu violência no seu local de trabalho? Quando era vereadora.]

Eu não me lembro, também já faz tempo ne, não tô me lembrando, mas eu me lembro de uns vereadores que gritavam, falavam alto com a gente, pra inibir a gente (Helena, 73 anos, ex-vereadora, grifo nosso).

[E para eles próprios, uns com os outros?]

Não!

[Só com as mulheres?]

É, com as mulheres eles tinham um relacionamento de autoritarismo, e se eu sentia isso, imaginam o que eles não faziam com aquelas

Gênero e direito à cidade: é como se nós fossemos um brinquedo, uma propriedade, que a gente tem que fazer o que eles julgam que temos que fazer

outras que eram “vaquinha de presépio” deles?! Eles conseguiam confundir, conseguiam fazê-las votar nos projetos que eram deles e que as vezes a gente falava: “não vota isso, isso não vai ajudar a população”, e elas votavam. [...] eu pessoalmente, assim, não, eu sentia que muitas coisas que eles falavam era porque eram machistas mesmo, e porque eles gostavam de gritar e mostrar que tinham mais força, pelo grito (Helena, 73 anos, ex-vereadora, grifo nosso).

Na posição de vereadora, em um espaço ainda majoritariamente masculino, dentro das dicotomias evidenciadas, Helena falou sobre a virilidade masculina e a necessidade de reforçá-la em algumas situações e em determinados lugares, principalmente na câmara de vereadores. Os homens, como ela afirma, não demonstravam o mesmo autoritarismo e nem mesmo uma relação vertical entre eles – durante as atividades de trabalho, apenas com as mulheres.

Há uma tendente negação de que a política e a vida pública são corporificadas e generificadas (Freitas; Gonçalves, 2021), porém, não há política sem corpos, não há corpos não políticos e não há corpos não marcados pelo gênero. Dessa maneira, o espaço é também onde se impede de expressar ou mesmo restringe a presença de sujeitos sociais ou de grupos. As pessoas podem ser impedidas de estar em alguns espaços devido às dimensões que as caracterizam (gênero, raça...), mas, por outro lado, em outros espaços podem ser aceitos e valorizados pelas mesmas dimensões. Por exemplo, uma pessoa trans pode passar por algum tipo de violência em um espaço conservador, mas ser bem-vinda em uma manifestação social nas ruas em defesa da população trans.

Nesse sentido, algumas normas culturais da cidade estabelecem lugares de pertença e não pertença para as mulheres, os espaços políticos são um deles, em que ainda é de não pertença às mulheres, em posições de lideranças e de maior poder; e quando são ocupados, elas devem produzir estratégias para permanecer e serem ouvidas, quando são. Helena nos contou que sua estratégia era fingir que não ouvia os gritos dos vereadores e seguia falando.

Foi a naturalização das características materiais dos corpos que instituiu as justificativas para a manutenção de privilégios de alguns e a marginalização e subordinação de outros (Silva *et al.*, 2013), em uma constante relação de poder entre corpos no processo de produção espacial. Isso reforça a insurgência de uma vertente na ciência geográfica de (relativa) quebra de alguns pilares epistemológicos perpetuados, inclusive de método e de metodologias (Ramos; Milani, 2022).

Se a cidadania e a pertença se constroem a partir da experiência do corpo e o corpo é significado também pelo gênero, então a cidadania também é uma experiência generificada, o que torna indispensável pensar os feminismos como agentes de uma política urbana que luta por cidadania plena (Freitas; Gonçalves, 2021), ou ainda, como uma luta pelo direito à cidade.

Houve avanços no debate e nas conquistas sobre o direito à cidade, sob a perspectiva de gênero, no âmbito de debates e instâncias mais amplas, a exemplo disso, em 2005, houve o desenvolvimento da "Carta Mundial pelo Direito à Cidade", no V Fórum Social Mundial, em que foram registradas preocupações com as desigualdades de gêneros nas cidades. Segundo as

Gênero e direito à cidade: é como se nós fossemos um brinquedo, uma propriedade, que a gente tem que fazer o que eles julgam que temos que fazer

análises de Freitas e Gonçalves (2021) sobre o documento, os princípios que orientam a carta estão ligados ao exercício pleno da cidadania, gestão democrática, função social da propriedade, igualdade e não discriminação, proteção social de grupos vulneráveis, compromisso social do setor privado e impulso à economia solidária. Segundo elas, a carta cita o respeito à pluralidade étnico-racial, sexual e cultural e demanda garantia de maior participação das mulheres no trabalho e na política formal. Algumas soluções apontadas na carta, para a garantia desses direitos, seriam a expansão (em quantidade e qualidade) das creches públicas e políticas afirmativas de cotas para representação das mulheres em instâncias eletivas.

Demandas necessárias, certamente, porém que ainda pensam as mulheres a partir do lugar único de mães e “donas de casa” (Freitas; Gonçalves, 2021), crítica que compartilhamos e que mais uma vez coloca as mulheres em um grupo que representa vulnerabilidade e em uma posição inferior, quase sempre exercendo trabalhos invisíveis, não remunerados e representados como menos importantes socialmente.

Dando enfoque para as estratégias e rotinas diárias, suas formas de ser e fazer na cidade, Madalena, que trabalha na construção civil⁹, relatou em diversos momentos da entrevista preconceitos, assédios e violências.

Um político importante na época estava na obra, e quando ele viu que eu estava descendo [do telhado], ele foi muito grosso, ele me questionou o que que eu estava fazendo ali, e eu falei assim: “eu tô trabalhando com o meu marido” e na hora que eu fui subir novamente ele falou que não era pra eu subir porque aquele não era o meu lugar; eu teria que estar em casa cuidando dos meus filhos. [...] tipo assim, aquilo acabou com o meu dia, e até então a gente estava ali para fazer uma coisa, as pessoas me olhavam de um jeito diferente, mas nunca tiveram a audácia de vir me criticar, mas acho que sempre pensaram a mesma coisa que ele (Madalena, 40 anos, calheira, grifo nosso).

Quando eu trabalhei como atendente de uma sorveteria, eu trabalhei por 5 anos, trabalhando a noite, e tinha uma mulher que ela veio pra ser atendida, e o patrão não estava, só estava eu nesse dia, e ela chegou e olhou em volta de tudo, e perguntou: “seu patrão e sua patroa não está?” e eu falei: “não, eles não estão, você deseja alguma coisa?” “eu queria sorvete” aí eu falei: “pode pedir, eu te atendo”, aí ela falou: “não, eu não quero ser atendida por você”, aí eu fiz uma cara que eu não fiz questão de esconder o meu constrangimento. Eu engoli o choro, levantei minha cabeça e questionei: “mas tem algum problema você ser atendida por mim?” “você é negra e eu não quero ser atendida por você”, deu as costas e

⁹ Madalena nos procurou depois de alguns meses da realização da entrevista para dizer que ficou muito lisonjeada por ela ter sido entrevistada para uma pesquisa, disse que nunca imaginou que a ciência se interessaria por sua história e, hoje (2023), entrou para a faculdade para fazer um curso superior.

Gênero e direito à cidade: é como se nós fossemos um brinquedo, uma propriedade, que a gente tem que fazer o que eles julgam que temos que fazer

foi embora. Depois que ela foi embora eu confesso que eu me desmontei, eu entrei no banheiro, eu chorei muito, muito, muito, mas eu trouxe isso como um aprendizado na minha vida, e ensino muito meus filhos a não engolirem esse tipo de situação (Madalena, 40 anos, calheira, grifo nosso).

O entrecruzamento das dimensões de classe, gênero e raça (Davis, 2016) que se interseccionam na realidade definem as múltiplas formas de opressões nos diferentes espaços, tempos e posicionalidades de Madalena¹⁰, que também é um caso de abdicação dos estudos e vida profissional durante o primeiro casamento para cuidar da casa e dos filhos, que ficaram, após a separação, exclusivamente, sob sua responsabilidade e cuidados.

Gênero, sexualidade, raça, etnia, classe e geração abarcam as possibilidades de existência das diferentes mulheres no espaço urbano, porém, é possível pensar em atravessamentos que indicam uma experiência coletiva dessas mulheres, marcada por violências e restrições na cidade (Freitas; Gonçalves, 2021), o que ficou bastante evidente nos relatos de Madalena, na primeira narrativa por ser mulher e, na segunda, por ser negra. Isso comprova que os corpos que imprimem sentidos na cidade não são “universais”, de uma suposta cidadania abstrata (Davis, 2018), muito pelo contrário.

Por isso, quando colocamos em debate o direito à cidade com a categoria gênero devemos levar em conta tanto as especificidades de cada espaço urbano, como as particularidades da categoria chamada mulheres, para não desconsiderar as experiências pessoais, por meio da constituição interseccional de diversas identidades (Przybysz, 2017). O termo “mulheres” denota algo comum, colocando-as como iguais sem distinção de raça e classe, entre outras categorias. As normas ligadas à binariedade homem/mulher reforçam uma identidade feminina única e a manutenção de comportamentos considerados “normais” que estão baseados em práticas que compõem o mecanismo de gênero: “isso não é coisa de mulher, isso não é lugar de mulher”, como ouviram diversas vezes Madalena e Helena em suas rotinas, principalmente de trabalho. Superar essa dicotomia tem sido, para as mulheres pesquisadas, estratégias travadas cotidianamente.

Combinado a isso, suas limitações em certos espaços, horários e tipos de trabalhos¹¹ nos mostra como as cidades são tanto generificadas como racializadas. A experiência da mulher negra nas cidades é uma experiência de privação ainda maior de liberdades, de cidadania, de direito ao corpo e de acesso a bens e serviços, portanto, ao direito pleno à cidade, com restrições dentro e fora dos espaços da casa.

É como se nós fossemos um brinquedo, uma propriedade, que a gente

¹⁰ Conceito desenvolvido por feministas negras nas décadas de 1970 e 1980, a interseccionalidade nos permite compreender como o gênero se interliga com outras desigualdades sociais e o papel que o espaço desempenha na estruturação de sistemas de opressão (Kern, 2021).

¹¹ Principalmente trabalhos representados como masculinos, em que as mulheres que exercem necessitam diariamente justificar e mostrar sua capacidade (Milani; Oliveri, 2022).

Gênero e direito à cidade: é como se nós fossemos um brinquedo, uma propriedade, que a gente tem que fazer o que eles julgam que temos que fazer

tem que fazer o que eles julgam que tem que fazer... E isso pra... o que eu mais vejo que assim, que eu cresci nesse sentido, é que eu precisei passar por essa “propriedade”¹² pra poder me ver livre disso, porque quando eu era casada com o pai dos meus filhos ele não me permitia trabalhar, era uma regra do casamento, era como se fosse uma lei no casamento, era ele que trabalhava e eu ficava em casa pra cuidar dos filhos, então eu vivi 5 anos casada com ele, dentro dessa regra, dessa lei, que foi implantada no nosso casamento, eu não podia trabalhar (Madalena, 40 anos, calheira, grifo nosso)

O crescimento das cidades e a inserção das mulheres no mercado de trabalho não significou a desconstrução do par “mulher-casa-trabalho reprodutivo” versus “homem-rua-trabalho produtivo” (Freitas; Gonçalves, 2021), muito evidente na narrativa de Madalena. As mulheres continuaram e continuam tendo diversas barreiras físicas e simbólicas na cidade do ponto de vista da circulação e permanência em alguns espaços (principalmente dependendo do horário), combinado a isso, como já evidenciamos, permanecem em grande medida com os trabalhos domésticos, gerando uma segunda ou terceira jornada de trabalho¹³, que quase sempre comparece simplificada nas narrativas, como, por exemplo: “ajeito as coisas aqui em casa”, ou mesmo quando falamos de trabalho nas entrevistas, algumas mulheres que não trabalham fora de casa (com remuneração) afirmam: “eu não trabalho”.

Geralmente eu acordo as seis, eu levo meu filho até a escola, e aí eu tenho tempinho pra tomar café da manhã pra pode tomar um banho e me arrumar pra ir para o serviço que eu tenho que estar lá [no trabalho] sete e quarenta e cinco, quinze para as oito, aí eu saio as onze pra almoçar volto uma hora e vou até a cinco, aí depois eu venho para casa tomo um banho rapidinho, ajeito as coisas aqui em casa, como alguma coisa e vou para faculdade (Laís, 28 anos, cabelereira e estudante universitária, grifo nosso).

Laís afirmou que só consegue fazer o curso universitário a noite porque os pais ficam com o filho (de 13 anos), ela mora sozinha com ele. Comentou em diversos momentos (durante a entrevista) que ainda está se adaptando a morar sozinha e “dar conta de tudo”, segundo ela, da casa, do filho, do trabalho e da faculdade, disse que no começo foi bem difícil, e que agora que fez um ano dessa nova rotina, ela está conseguindo se organizar melhor, principalmente com a ajuda dos pais a noite.

Em relação aos trajetos na cidade, Laís respondeu que comprou uma moto depois de anos juntando dinheiro, afirmou se sentir mais segura quando usa a

12 Em muitos casos, como Madalena, a compreensão de que viviam em uma relação abusiva vem com o término da relação, em outros momentos, fizemos essa discussão, inclusive evidenciando a necessária ajuda de uma rede de apoio para que isso se concretize (Leal, 2022).

13 Ainda que sem entrar no debate de classes sociais, mas aqui nos referimos em grande parte às mulheres pobres.

Gênero e direito à cidade: é como se nós fossemos um brinquedo, uma propriedade, que a gente tem que fazer o que eles julgam que temos que fazer

moto ao invés da bicicleta, mesmo assim, evita passar por ruas com construções e espaços escuros, afirmou ter medo da “região da faculdade”¹⁴, por ter áreas escuras e muita passagem de caminhões. O medo assume uma lógica geográfica, que fica embutida no mapa mental de segurança e perigo que toda mulher carrega em sua mente (Kern, 2021) – quais lugares evitar, em vez de que pessoas.

Ao ser questionada sobre os trajetos na cidade, a narrativa de Kátia é exemplar e evidencia os “espaços de constrangimentos” (Silva, 2007), confirmando alguns elementos também descritos por Laís:

Tenho medo, principalmente naquela rotatória da faculdade, ali é absurdo e não importa a hora, a roupa que você está vestindo, não importa, é tipo, ali nos quatro pedaços da esquina da rotatória fica caminhão, indo no sentido balneário, faculdade, do lado direito tem o flat, do lado esquerdo tem uma pousada ali, que fica bastante caminhão naquele pedaço, e tem o posto de gasolina do outro lado, que também fica cheio de caminhoneiro. Os caras mexem de dia, as vezes tá de manhã e os caras mexem, você vai tentar atravessar a BR e eles não param se não buzinar e fizer uma piadinha ridícula. A noite é pior ainda pra voltar, porque teve muitas vezes de voltar e tá sem luz ali na frente da faculdade, e aí não sabia o que era pior, ir de bike, tem muito buraco ali na ciclovia, então fica com medo de as vezes cair, derrubar notebook, as coisas. Então as vezes vai em grupo, só que você vai depender de outra pessoa que tá em outra turma e os horários não batem, aí querendo ou não você acaba a maioria das vezes indo sozinha. Então aconteceu vezes de tipo, uma menina, eu lembro de uma vez que uma menina ela passou por mim chorando muito, porque ela tentou ir embora e tinha um cara seguindo ela, e o cara deu umas quatro voltas na frente da faculdade ameaçando parar pra pegar a menina, e ela falou “eu posso ir andando com você?” Aí a gente voltou pra trás, entrou na faculdade e esperou alguém conhecido, aí a gente achou um menino¹⁵ da história que a gente conhecia e falou pra ele acompanhar a gente até pelo menos ali na frente da casa dela, porque ela estava muito nervosa (Kátia, 26 anos, estudante universitária).

As ameaças constantes de violência, aliadas ao assédio diário, moldam a vida urbana das mulheres de inúmeras maneiras conscientes e inconscientes (Kern, 2021), mas, em maioria, elas não deixam de ir e de executar o que devem, para isso, desenvolvem e aplicam estratégias próprias, desde os trajetos, práticas em bares e espaços de lazer, até as práticas nos espaços de

14 A universidade pública a que Laís se refere e, mais adiante, Kátia, está localizada em uma área próxima ao distrito industrial da cidade (Três Lagoas), às margens de rodovia (BR 158), de difícil acesso a muitos e muitas estudantes que vão caminhando ou de bicicleta, principalmente no período noturno.

15 Existe também uma função social do medo feminino: controlar as mulheres, segundo Kern (2021), o medo restringe a vida das mulheres, molda as escolhas e uso de espaços e nos mantém quase sempre dependentes dos homens, como protetores – produzindo um paradoxo.

Gênero e direito à cidade: é como se nós fossemos um brinquedo, uma propriedade, que a gente tem que fazer o que eles julgam que temos que fazer

trabalho, em casa, etc. Sabemos que vítimas de estupro são julgadas pelo local em que estavam, horário em que ocorre, o que vestiam e até mesmo como se comportavam. Algumas ativistas feministas falam sobre os mitos do estupro, composto por um conjunto de ideias falsas que sustentam o assédio sexual e a violência, em parte transferindo a culpa para as vítimas: o que você estava fazendo naquele bar? Esperando sozinha um ônibus? Essas perguntas sexistas servem para nos lembrar de que devemos limitar nossa liberdade de caminhar, trabalhar, se divertir e ocupar espaços na cidade (Kern, 2021).

Poderíamos dizer que o direito de não ser estuprada não é diferente do direito à cidade, mas sim uma manifestação dele. Quando as mulheres têm sua mobilidade restringida pelo medo da violência de gênero, estão limitadas as suas possibilidades de sociabilidade na cidade (Freitas; Gonçalves, 2021).

Quando vou pra bar geralmente levo uma figura masculina comigo, porque eu não me sinto segura pra ir pra bar só com meninas, a não ser que seja muita menina, a gente saia em dez meninas. A gente foi muito em festa universitária, que aí a gente já tá entre galera mesmo da faculdade, mas mesmo assim, os caras são muito nojentos, muito pegajosos. Em bar eu acho que acaba sendo mais explícito, ou as vezes é porque em bar eu to menos acompanhada, me sinto menos segura e fico mais atenta as coisas, talvez seja por isso também, mas em bar os caras esperam na porta do bar, você não consegue chegar na esquina sem ter alguém te seguindo, e é uma sensação muito horrível, porque tipo você não tem segurança pra ir num bar, beber e voltar. As vezes a gente sai junto de casa, todo mundo deixa a bicicleta lá e vai tudo de Uber, porque aí a gente vai e volta todo mundo junto, divide o custo, sai mais baratinho pra todo mundo e está todo mundo até então seguro pra chegar lá (Kátia, 26 anos, estudante universitária, grifo nosso).

Segundo Freitas e Gonçalves (2021), a pesquisa "Chega de fiufiu", realizada pela ONG Think Olga, em 2013, com 7.762 mulheres, mostrou que 81% das entrevistadas já deixaram de fazer alguma coisa (ir a algum lugar, passar na frente de uma obra, sair a pé) por medo de assédio, e 90% já trocaram de roupa pensando no lugar em que iam por medo de serem assediadas, o crime que as mulheres mais temem é o estupro.

Os resultados apontaram ainda que 98% dos assédios aconteciam na rua, sendo 64% nos meios de transporte. De acordo com matéria publicada na página "Feminism Urbana", 85% das pesquisadas também responderam já terem sido tocadas no corpo contra sua vontade no espaço público, 68% já foram agarradas pelo braço em baladas e 54% já ouviram ofensas e xingamentos na rua (Freitas; Gonçalves, 2021). Parece claro que a violência sexual gera uma intensa sensação de medo, mas esse fator foi bastante escondido pela natureza genérica do medo nas pesquisas sobre crime, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, segundo Kern (2021).

Os dados nos mostram que o assédio e o abuso como demonstrações de poder promovidas por homens na cidade limitam a ocupação do espaço público por mulheres e reforça que a cidade é imaginada e moldada pela

Gênero e direito à cidade: é como se nós fossemos um brinquedo, uma propriedade, que a gente tem que fazer o que eles julgam que temos que fazer

experiência dos corpos, há um “controle espacial” (Massey, 1994), sendo que as próprias experiências cotidianas de assobios e de assédio sexual servem para reforçar o medo, pois as mulheres são constantemente sexualizadas, objetificadas e passam por situações desconfortáveis em determinados espaços (Kern, 2021).

No entanto, o medo dos crimes não afastou as mulheres das cidades, mesmo que seja um dos muitos fatores que moldam a vida urbana de maneira bastante específica (Kern, 2021). Mudam seus trajetos, seus espaços de permanência, cercam-se de mais pessoas, o que verificamos foram mais estratégias de fazer do que desistências, por parte das mulheres.

Por outro lado, Tovi Fenster (2005) e Ana Falú (2014) *apud* Freitas e Gonçalves (2021) defendem que uma plataforma para o direito das mulheres à cidade deve ser muito mais ampla do que as preocupações arquitetônicas e de serviços que a atual noção de direito à cidade indicam. As autoras indicam a criação de uma agenda para a dignidade das mulheres nas cidades: a defesa da diversidade cultural, os direitos sexuais e reprodutivos, o direito a oportunidades de lazer e a superação da divisão sexual do trabalho. Em uma superação de uma abordagem “maternalista” das mulheres, que tende a nos enxergar enquanto mães e executoras de trabalhos não remunerados, de cuidados e reprodução dos espaços domésticos.

Para finalizar...

Partimos do desafio de um projeto de cidade que transforma os alicerces das relações de gênero, capaz de construir experiências e oportunidades urbanas diversas, já que são corpos possuidores de gêneros e muitas outras especificidades que produzem cotidianamente o espaço urbano. Ainda que isso seja e permaneça no plano desafiador das ideias, dentro da ciência geográfica, as múltiplas possibilidades de avanço e mudança se colocam, do ponto de vista do avanço nos debates sobre temas e formas de pesquisas que ultrapassem a preocupação com as morfoestruturas e considerem os sujeitos sociais que vivem esses/nesses espaços, dão sentidos, significados e o modificam. São condicionados todos os dias em suas produções e reproduções cotidianas, falamos aqui especificamente das mulheres.

Ainda que o debate não esteja esgotado, ao longo do texto, confirmamos a hipótese inicial, principalmente pelas análises das narrativas de Laís, Kátia, Madalena e Helena, que muito mais nos disseram ao longo das entrevistas e teriam a dizer, mas o espaço de um artigo não é suficiente para mostrar a complexidade e a grandiosidade que anunciam as “minúcias” da vida cotidiana dessas mulheres, que representam tantas outras, ainda que com infinitas particularidades entre elas.

Ainda que o cotidiano não seja facilitado e inúmeros desafios marcam as rotinas das mulheres entrevistadas, elas não deixam de estarem, de irem, de executarem e de permanecerem, isso é conseguido por meio de estratégias, como chamar um amigo homem para acompanhar (Kátia), fingir que não escuta os tons mais altos de vozes e seguir falando (Helena), fingir que não ouve e continuar trabalhando em cima do telhado, na construção (Madalena), contar com a ajuda de uma rede de apoio e conciliar os horários com a escola

Gênero e direito à cidade: é como se nós fossemos um brinquedo, uma propriedade, que a gente tem que fazer o que eles julgam que temos que fazer

do filho (Laís), mudar os caminhos traçados na cidade em busca de lugares e ruas mais “seguros” (Laís e Kátia), sair com mais amigos e amigas para se sentir mais forte e protegida, essas são algumas das estratégias, “artes do fazer” que cotidianamente são tramadas pelas entrevistas e que representam tantas outras práticas para estarem e viverem nas cidades. Por mais que abordamos as individuais, não falamos de individualismos, a intenção foi articular as rotinas, os cotidianos dessas mulheres com estruturas mais amplas que nos condicionam socioespacialmente, mas tendo, cada uma nos seus limites, a possibilidade de “transgredir”.

Não que essas práticas sejam caminhos de rompimento com as estruturas maiores como o machismo enraizado (uma vez que defendemos fortes mudanças na formação/educação para isso), mas vemos que podem gerar rupturas, fissuras sociais e transformações a partir do cotidiano, produzir espaços paradoxais, pois elas continuam nos espaços políticos, nas ruas, nos bares, dentre tantos outros que não são os espaços domésticos e privados, ainda que muito precise ser feito, debatido e repensado. Mas pensar e pesquisar gênero e as múltiplas relações de poder estabelecidas no espaço urbano ultrapassando a concepção de vítima e de fragilidade das mulheres já é um começo.

Essas estratégias e práticas, muito naturalizadas em nossos cotidianos, são resistências diárias, por isso, defendemos que as mulheres tenham condições mínimas para entrar no jogo democrático e usufruir de uma cidadania plena (Freitas; Gonçalves, 2021), do direito de viver a e na cidade. A luta por direito à cidade defendida também é uma luta para tensionar a concepção de neutralidade do espaço, que é pensando por e a partir de ideias masculinas. Pensar em um espaço urbano seguro para todos os corpos e subjetividades, sendo uma luta pelo próprio reconhecimento de que os espaços são generificados e de que isso produz desigualdades (Freitas; Gonçalves, 2021) e hierarquias.

Isso significa pensar no direito à cidade em um sentido complexo e fundador de uma nova forma de compreender a vida urbana, através da consideração dos elementos materiais e simbólicos que constituem as relações entre gênero e espaço; pode-se ir além do espaço da reprodução, instituindo, assim, o espaço da transformação (Silva, 2007). Isso exige um diálogo com os detalhes cotidianos de tentar sobreviver, progredir e lutar na cidade (Kern, 2021).

Por fim, outro ponto a ser destacado são as formas de fissuras e o fortalecimento de outras perspectivas dentro da produção científica geográfica, principalmente na Geografia Urbana, que se fazem necessárias para os estudos dos sujeitos sociais em suas dimensões identitárias, corporais, espaciais, suas facilidades e dificuldades diárias nas cidades. Sujeitos que estão nos espaços, o produzem, estão contidos e contêm espaços, os ativa com suas práticas e corporeidades que não são neutras nesse processo. Incluindo as corporeidades dos próprios pesquisadores, em um esforço de fazer uma geografia mais próxima, resgatando experiências vividas, conhecimentos básicos e verdades conquistadas com muito esforço (Kern, 2021), que compõem de modo intrínseco e profundo a vida urbana de milhares de mulheres.

Patricia Helena Milani

Gênero e direito à cidade: é como se nós fossemos um brinquedo, uma propriedade, que a gente tem que fazer o que eles julgam que temos que fazer

Referências

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano I: as artes do fazer.** Petrópolis: Vozes, 1994.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante.** São Paulo, Boitempo, 2018.

FREITAS, Lídia dos Santos Ferreira; GONÇALVES, Eliane. **Corpos urbanos: direito à cidade como plataforma feminista.** *Cadernos Pagu*, n. 5, 2021.

GOHN, Maria da Glória. **Mulheres- atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático.** *Política e Sociedade*, n. 11, pp.41-70, out. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LAN, Diana. **Género y territorio: la violencia doméstica en espacios e vulnerabilidad y exclusión social – notas a partir de un caso en Argentina.** IN: SILVA, Joseli Maria (Org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades.** Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

LEAL, Yasmim Silva de Campos Gonçalves. **A violência de gênero na cidade de Três Lagoas-MS.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2023.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA. Elias Lopes de. **Encruzilhadas geográficas:** notas sobre a compreensão do sujeito na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

LUSSAULT, Michel. **AÇÃO(ÕES)! GEOgraphia**, v. 24, n. 52, 2022.

ORNAT, Márcio José. **Pobreza, gênero e deslocamentos espaciais intraurbanos em Ponta Grossa – PR.** Relatório Final de Iniciação Científica (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2005.

ORNAT, Márcio José. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial.** *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial.** *Cadernos Pagu*, v. 5, p. 7-41,

Gênero e direito à cidade: é como se nós fossemos um brinquedo, uma propriedade, que a gente tem que fazer o que eles julgam que temos que fazer

1995.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, p.61-73, jun. 2014.

KERGOAT, Daniele. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, v. 86, p.93-103, mar. 2010.

KERN, Leslie. **A cidade feminista**: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

MASSEY, Dorren. **Space, place and gender**. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1994.

MERLEAU-PONTY, M. **O visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva, 1962.

MILANI, Patrícia Helena. Contribuições da epistemologia feminista para as pesquisas geográficas. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas, v. 1, n. 34, p. 125-150, 2021.

MILANI, Patrícia Helena; OLIVERI, Melissa Pereira. Eu não encontrei tanta dificuldade, mas eu também sempre tive que ter um passo à frente: Geografias Feministas e a Interseccionalidade de Mulheres. **Revista Ensin@ UFMS**, v. 3, n. 7, p. 98-117, 2022.

MIRANDA, Joana. Numa urbe genderizada: vivências dos espaços. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p.163-174, ago./dez. 2014.

PRZYBYSZ, J. Espacialidades e interseccionalidades na vivência de mulheres prostitutas mães na cidade de Ponta Grossa-PR. **Revista Geousp**: espaço e tempo. v. 21, n. 2, 2017.

RAMOS, Élvis; MILANI, Patrícia Helena. O corpo fora de lugar: de uma geografia dos indivíduos para uma geografia dos sujeitos. **GEOgraphia**, v. 24, n. 52, 2022.

REA, Caterina. Pós-colonialidade,feminismos e epistemologias anti-hegemônicas. In: RODRIGUES, C., ANDRADE, D. S. V.;MANO, M. K, ZUCCO, M. C;Janja ARAÚJO, J. (Org.). **Territorialidades**: dimensões de gênero, desenvolvimento e empoderamento das mulheres. Salvador. 2018.

ROSE, Gillian. **Feminism & Geography**. The limits of Geographical Knowledge. Cambridge: Polity Press, 1993.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Geosul**. v. 22, n. 44, p 117-134, 2007.

Gênero e direito à cidade: é como se nós fossemos um brinquedo, uma propriedade, que a gente tem que fazer o que eles julgam que temos que fazer

SILVA, Joseli Maria. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades *In: SILVA, Joseli M. (Org.). Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista; PRZYBYSZ, Juliana. O corpo como elemento das geografias feministas e queer: um desafio para análise no Brasil. *In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (Org.). Geografias malditas: corpos, sexualidades e espaços*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2013.

SILVA, Joseli Maria; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. “Não me chame de senhora, eu sou feminista”! Posicionalidade e reflexibilidade na produção geográfica de Doreen Massey. **Revista Geographia**, v. 19, n. 40, p. 11-20, 2017.

SMITH, Dorothy. Women's perspective as a radical critique of sociology. *In: HARDING, Sandra. Feminism and Methodology*. Indiana: Indiana University Press, 1987.

TAVARES, Rossana Brandão. Uma cidade indiferente: espaço generificado de resistência à cidade-mercadoria. Sessões temáticas ST 10. XVI Enanpur. Espaço, planejamento e insurgências. **Anais**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, 2015 [<http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/article/view/1638> – acesso em: 07 jul. 2021].

Recebido em 13 de novembro de 2023.

Aceito em 05 de abril de 2024.

Patricia Helena Milani